

ANTÓNIO BORGES COELHO



No rasto de Cabral

**ANTÓNIO BORGES
COELHO** é professor da
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa.

OS NAVEGANTES

Ao lermos os mais antigos relatos de aportagem à costa brasileira, sentimo-nos como Noé a olhar da barca. As águas baixaram, a terra emerge do azul. Começamos a dar nome às coisas, aos cabos, aos rios, às plantas, aos animais. Ao nomeá-las, marcamo-las para a posse.

A bordo da arca vão carneiros, galinhas. Mas outros animais estão já há milhares e milhões de anos no terreno. Animais e homens.

Mediada pelos oradores sagrados, a Bíblia constituía a matriz europeia da história e da explicação do mundo. Mas se Noé desembarcou, lançou as sementes à terra, comeu as uvas, bebeu o vinho e ficou ébrio, estes primeiros nautas não chegam como sobreviventes do dilúvio nem só ao sabor das águas. Manobram navios veleiros, determinam vitoriosamente o rumo com a bússula, a medição da altura do sol e das estrelas, lêem o não visível caminho nas folhas inventadas e em correcção das cartas de marear.

Nos primeiros tempos, o Atlântico sul é um deserto de água. A todo o momento, as vagas podem abrir-se e engolir um navio, o de Vasco de Ataíde, sem nos ficar um grito, um sinal no murmurar das águas. Numa viagem de mês e meio podiam não avistar uma vela. Mas a armada de Pedro Álvares Cabral, formada por 13 navios e 1.500 homens, era uma das grandes vilas ou cidades portuguesas que navegava no Mar Oceano.

Em 1530, Pêro Lopes de Sousa encontrava uma caravela e um navio que regressavam das pescarias do Cabo Branco; em Cabo Verde, uma nau e uma chalupa castelhanas que pretendiam alcançar o Maranhão; e na costa brasileira, duas naus francesas na carga do pau-brasil e uma caravela portuguesa cujo destino era Sofala mas preferiu a caça aos escravos ameríndios (1). O Atlântico povoava-se de veleiros.

E desde cedo, os navegantes têm de apelar às armas, às de metal e às da fé, para se precaverem contra os maus encontros. O perigo não estava só nas tempestades, no mau estado dos navios roídos pelo gusano, mas principalmente nos franceses huguenotes, nos ingleses, nos holan-

1 *Diário de Navegação de Pêro Lopes de Sousa (1530-1532)*, prefácio de A. Teixeira da Mota e leitura de Jorge Morais Barbosa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968, p. 51.

deses e mouriscos. Jorge de Albuquerque Coelho embarcou em Olinda na *Santo António* em 1565. A nau abriu tanta água que davam à bomba dia e noite. Depois encontraram corsários franceses, primeiro junto das ilhas de Cabo Verde e mais tarde ao largo dos Açores. Os corsários, além de franceses, incluíam ingleses, escoceses e alguns portugueses, um deles conhecido de Jorge de Albuquerque. Este resistiu ao assalto com as poucas armas que levava mas o navio foi entregue pelo piloto, o mestre e os marinheiros. Maltratados, roubados e abandonados, sem leme e sem provisões, andaram três semanas à deriva. Durante dezassete dias não beberam água. Alguns morreram de fome. Outros pediram licença ao capitão para comerem os que morriam. Jorge de Albuquerque Coelho respondeu com os olhos rasos de água: enquanto fosse vivo, tal não havia de consentir e, depois de morto, que o comessem a ele primeiro (2).

Os companheiros de Pedro Álvares Cabral e dos outros capitães que aportaram ao Brasil eram filhos de camponeses, e capitães, pilotos, mestres, calafates, carpinteiros, tanoeiros, ferreiros, marinheiros, fidalgos, frades, mercadores, aventureiros, degredados, escravos e alguns línguas como o piloto Pêro Anes.

Com pilotos, mestres e alguns capitães aptos a manobrar o quadrante e o astrolábio e tantas vezes de sonda na mão ou dia e noite por baixo da coberta a bombear a água, estes navegantes obravam por “experiência verdadeira”. Pêro Lopes de Sousa fez construir dois bergantins de 15 bancos em terra e na nau uma jangada em que lançou ferro e a forja para fazer os pregos necessários ao batel que a bordo construía. Jorge de Albuquerque Coelho empenhava-se no fabrico dos pregos que pregava ainda quentes nas tábuas do resto da nau *Santo António*.

As relíquias e os santos esculpidos e pintados na proa esconjuravam os demónios e protegiam os nautas contra todos os perigos. Mas não faltaram prisioneiros, naufragos, afogados, corpos despedaçados pelas balas e as espadas ou mortos de pânico. Empurrados pela pressa da morte, se

faltava padre, confessavam-se uns aos outros em altas vozes: Não matarás, matei! Não roubarás, roubei! Não cobiçarás a mulher do próximo, cobicei e tomei!

Estes navegadores portugueses têm as pernas arqueadas de tanto sofrer nas tábuas os baldões das vagas. Têm olhos de albatroz. Vêm até ao mais fundo do horizonte.

Nas caravelas e nas naus viajavam também passageiros invisíveis. Os armadores, os mercadores que fretavam os navios, os seguradores, os contratadores do pau-brasil, do trato dos escravos, os exportadores das caixas de açúcar, o próprio rei, a cuja lei mais ou menos obedecem, mesmo que a bandeira da Ordem de Cristo e não a do rei ondeie na primeira missa celebrada no Brasil.

DA TERRA E DOS HOMENS

Os primeiros olhares exprimem espanto, desconfiança, cálculos de proveito. Admiram a terra em vários tons. É de muito bons ares, frios e temperados como os de Entre Douro e Minho. É a mais aprazível que jamais cuidei de ver: não havia homem que se fartasse de olhar os campos e a formosura deles. Os montes parecem formosos jardins e hortas, e nunca eu vi tapeçaria de Flandres tão formosa. Formosa, formosa. É algum tanto melancólica, regada de muitas águas, de rios caudais e do céu; é cheia de grandes arvoredos que todo o ano são verdes.

Quando os ameríndios saíam da sombra das árvores e caminham pela praia de Porto Seguro, as imagens vivas trazem à memória a nudez bíblica e imaginária de Adão e Eva, cercados pelas bondades do paraíso terreal. E os portugueses, vestidos, sentem-se nus. Olham sem vergonha as vergonhas. É um olhar de homens. Percorre devagar a nudez das ameríndias que não temem comparação com as mulheres da Rua Nova de Lisboa e repara que os homens silvestres não são circuncidados como os hebreus.

A inocência desta gente é tal que a de Adão, em vergonha, não seria maior (3). Um

2 “Naufrágio que Passou Jorge de Albuquerque Coelho”, in Bernardo G. de Brito, *História Trágico-Marítima*, Lisboa, Edições Afrodite, 1972, vol. II, p. 389.

3 Pêro Vaz de Caminha, *Carta a el-rei D. Manuel*, ed. de M. Viegas Guerreiro e Eduardo Nunes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 81.

ameríndio nu, coberto de penas, lembra o corpo trespassado de setas de São Sebastião. Portugueses e ameríndios dançam ao som do gaitero de Diogo Dias e dum tamboril, de tal maneira confiados “que são muito mais nossos amigos que nós seus”. Mais amigos porque os europeus já fazem os seus cálculos: para os convertermos à fé cristã e, portanto, para os usarmos ao nosso serviço, não falta mais do que “entenderem-nos” (4) e não entendermo-nos.

Trinta anos volvidos, Pêro Lopes de Sousa preserva a ideia da inocência e da beleza dos ameríndios. Abraçam os portugueses, choram com as suas desventuras e ficam tão contentes de os verem que “queriam sair fora de seu siso” (5).

Mas no primeiro diálogo entre Pedro Álvares Cabral e os ameríndios, os europeus usam logo o alfabeto do ouro e da prata. Não obtêm respostas satisfatórias. “Até agora não podemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem de ferro; nem lho vimos.” Ainda se mostraram esperançados quando os índios, depois de admirarem o colar de ouro de Pedro Álvares, acenaram para terra. Mas Pêro Vaz de Caminha desconfia que é tomar os desejos pela realidade. “Isto tomávamos nós por o desejarmos; mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, porque não lhos havíamos de dar” (6).

Nas primeiras viagens, estão já presentes os personagens do futuro. A massa dos ameríndios, senhores da terra; os pequenos destacamentos portugueses e europeus; e, anónimos, nas equipagens, os africanos. Não têm nome mas estão lá.

Até ao final do século XVI, o confronto principal será entre as comunidades ameríndias e os europeus que chegavam nos seus veleiros em busca do pau-brasil e dos escravos.

Nos primeiros tempos, a atracção maior provinha das comunidades ameríndias. Pedro Álvares Cabral deixou na terra dois degredados para tomar a língua a que se juntaram dois grumetes fugitivos. O mesmo aconteceu na armada de Martim Afonso de Sousa. João Ramalho, o povoador de

Piratininga, vivia à maneira dos índios, rodeado das suas mulheres índias, dos seus filhos e netos. No Rio de Janeiro, alguns franceses da França Antártica adoptaram o viver dos ameríndios, incluindo nalguns casos a prática da antropofagia (7). Os clérigos concubinavam. O sertão estava cheio de filhos de cristãos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, que viviam e se criavam nos costumes do gentio, escrevia o padre Manuel da Nóbrega.

A partir dos meados do século, quando começa a desenvolver-se a nova sociedade, a visão europeia dos ameríndios sofre conotações extremamente negativas, em boa parte devidas à prática da antropofagia, à poligamia e à recusa dos moldes europeus. Manuel da Nóbrega chama-lhes “negros”, embora não seja essa a cor da sua pele. Mesmo cristianizados não perdem de todo a qualidade de negros. A princípio, o padre ainda ridiculariza os seus irmãos de Coimbra que se escandalizavam com a nudez dos ameríndios: “por falta de algumas ceroulas não deixa uma alma de ser cristã e conhecer a seu Criador e Senhor e dar-lhe glória”. Mas, mais tarde, levanta dúvidas aos letrados do Colégio de Coimbra: “parece que andar nu é contra lei de natureza e quem a não guarda peca mortalmente” (8). No *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, o irmão Gonçalo Alvarez afirma que algumas pessoas avisadas levantavam a questão de saber se os ameríndios eram nossos próximos, duvidando mesmo se seriam humanos. Responde-lhe o irmão Mateus Nogueira, ferreiro pelo ofício: todo o homem é uma mesma natureza e pode conhecer Deus e salvar a sua alma (9).

O elogio da inocência e a visão negativa prosseguem nos textos jesuíticos. Num dado momento, o padre José Anchieta declara os ameríndios mais próximos da natureza dos animais selvagens que da dos homens (10). No entanto, o padre Fernão Cardim, que confessava índios e índias, por meio de intérprete, considerava-os candidíssimos e com menos pecados do que os portugueses (11).

Esta visão contraditória tem a ver com a maior ou menor docilidade dos amerín-

4 Idem, *ibidem*, p. 80.

5 *Diário de Navegação de Pêro Lopes de Sousa (1530-1532)*, op. cit., p. 79.

6 Pêro Vaz de Caminha, op. cit., p. 41.

7 Frank Lestringant, “Au rendez-vous Brésilien ou l’Agonie de la France Antarctique d’après le De Rebus Gestis Mendi de Saa (1563)”, in *Portugal Brasil France. Histoire et Culture, Actes du Colloque Paris, 25-27 Mai 1987*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1988, p. 25.

8 *Cartas do Brasil e mais Escritos do p. Manuel da Nóbrega*, ed. de Serafim Leite, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1955, p. 146.

9 Idem, *ibidem*, p. 227.

10 Citado por Frank Lestringant, op. cit., p. 29.

11 Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ed. de Ana Maria de Azevedo, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 234.

dios para integrarem a nova sociedade onde os jesuítas pretendiam desempenhar um papel dominante. “A idade de ouro chegará ao mundo austral” –, escreve o autor anónimo do poema *De Rebus Gestis Mendi de Saa* –” quando os povos do Brasil observarem as tuas leis” (12).

A CONSTRUÇÃO DO BRASIL

A terra onde vai implantar-se a nova sociedade, o Brasil, foi achada pela Rota do Cabo, sulcada por Pedro Álvares Cabral. A rota ligava, desde logo, a terra brasileira à Europa, à África e à Ásia. Mas Cabral inaugurava uma nova rota, Lisboa – Brasil, rota que se bifurcará com outras rotas para a costa ocidental de África. Em 1565, em Lisboa, na Rua Direita das Chagas a Santa Catarina, morava Gaspar Gonçalves, piloto do Brasil, em casas suas, avaliadas em cem mil réis (13). Na Freguesia de Santa Catarina e também na do Loreto moravam mestres, contramestres, pilotos, sota-pilotos da Carreira da Índia, pilotos de São Tomé, de Cabo Verde, da Mina, de Guiné.

Pedro Álvares Cabral baptizou a terra como Terra de Santa Cruz mas o interesse, como escreveu Pêro de Magalhães de Gândavo, mais leva os homens atrás de si que nenhuma outra cousa que haja na vida. E o pau-brasil acabou por se sobrepor à Santa Cruz e à Nova Lusitânia do capitão de Pernambuco Duarte Coelho.

A construção da nova sociedade, da nova realidade social, ideológica e política que levou e fixou o nome de Brasil e que, sob a direcção do rei, dos capitães, dos senhores de engenho, dos mercadores e dos padres jesuítas, reuniu ameríndios, africanos, mamelucos, portugueses, aventureiros europeus, começa verdadeiramente em 1532 quando, em São Vicente, Martim Afonso de Sousa deu aos homens terra e fundou as vilas de São Vicente e de Piratininga. Os povoadores passaram então a ter leis e sacrifícios, a celebrar matrimónios, a viverem em comunicação das artes, a serem cada qual senhor do seu, a vestirem as injúrias particulares e a ter todos os outros bens da vida segura e conversável (14).

O município, o engenho e as aldeias dos índios cristãos constituirão o molde em que se vai vazear a nova sociedade.

O engenho torna-se o centro de uma vasta exploração dominada pela plantação da cana do açúcar e envolve uma a três dezenas de famílias portuguesas, um mínimo de 60 escravos de Guiné que podem elevar-se a 100 e 200 com os escravos da terra. Cada um dos 66 engenhos de Pernambuco é uma boa povoação (15). O de João de Brito e Almeida, na Baía, senhoreava a baía do Paraguaçu. Moía a cana com os mecanismos accionados pela água da levada com os seus açudes, aberta na pedra viva, a pico, e com muros e botaréis de pedra e cal. As casas de habitação, as do engenho e a igreja de São João eram também de pedra e cal. Em 1587, pelo menos um dos engenhos de água, muito bem acabado e feito à sua custa, era do mameluco Rodrigo Moniz (16).

Pelo seu lado, as aldeias dirigidas pelos jesuítas constituiram o cadinho de integração dos ameríndios na civilização, na língua e cultura portuguesas. Todos os dias, os seus moradores, grandes e pequenos, ouviam missa antes de irem a seus serviços; e antes ou depois da missa, lhes ensinavam as orações em português e na sua língua. À tarde eram instruídos no diálogo da fé, na confissão e na comunhão (17). Os ameríndios despiciam-se da sua cultura mas as suas penas marcavam a nova sociedade.

Finalmente, os municípios. No século XVI, o modelo e o expoente foi a cidade amuralhada do Salvador da Baía. No centro ficava a praça do pelourinho, em quadrado, onde se corriam os touros. Ladeavam-na a Casa dos Governadores, a da Fazenda, a da Alfândega, a dos Armazéns, a Casa da Câmara, a cadeia e outras casas de moradores. Para norte, na direcção da sé, saía uma rua de mercadores que terminava na Casa da Misericórdia e no Hospital. Da sé, uma rua larga de mercadores desembocava num terreiro maior que a praça onde se desenrolavam as corridas de cavalos. O terreiro formava também um quadrado, dominado na sua maior parte pelo Colégio da Companhia. O poder civil dominava a praça, o poder jesuíta o terreiro.

12 Frank Lestringant, op. cit., p. 30.

13 *Livro de Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, Lisboa, Câmara Municipal, 1948, vol. III, p. 3.

14 *Diário de Navegação de Pêro Lopes de Sousa*, op. cit., p. 101.

15 Fernão Cardim, op. cit., p. 255.

16 Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 97.

17 Fernão Cardim, op. cit., p. 241.

Voltando à praça do pelourinho, rumando agora para Sul, nasciam uma muito formosa rua de moradores até à ermida de Santa Luzia e uma outra povoada de lojas de mercadores até à igreja de Nossa Senhora da Ajuda (18).

O município trazia consigo a Câmara, os órgãos do poder do Estado e do poder religioso, a assistência da Misericórdia e do Hospital e nos municípios principais o Colégio.

Portugal desembarcava povoadores, pobres e degredados, clérigos, quadros militares e administrativos, alguns formados pela Universidade de Coimbra. Da África chegavam carregamentos de escravos que movimentavam progressivamente a produção, em particular a da agro-indústria do açúcar. As entradas e depois as bandeiras, as guerras endêmicas abasteciam de escravos ameríndios as fazendas, as casas e as plantações dos colonos portugueses.

A nova sociedade assentava progressivamente na mão-de-obra escrava. Os trabalhos mais violentos reservavam-se para os escravos africanos. Segundo alguns cálculos, durante o século XVI, entraram no Brasil cerca de 100.000 escravos da Guiné e de Angola (19). Nos engenhos a mortalidade era elevada. No engenho jesuíta de Sergipe do Conde morriam cada ano 5 dos 80 escravos jovens (20). Num sermão célebre, o padre António Vieira evocou o inferno diurno e nocturno das fornalhas, que pelas ventas lançavam o fogo em borboitões, das caldeiras ou lagos ferventes, do ruído das rodas, das cadeias, da gente da cor da noite que sem tréguas trabalhava e ao mesmo tempo gemia (21).

Os próprios jesuítas adoptaram, desde as primeiras horas, o trabalho escravo, nas suas casas, no seu engenho, nas suas plantações e vacarias. “Depois que vieram os escravos del-rei de Guiné a esta terra, os padres tomaram três escravos fiados por dois anos. Fiz mercar outros escravos da terra. Alguns destes escravos que comprei são fêmeas, as quais eu casei com os machos. E estão nas roças, apartados em suas casas; e busquei um homem leigo que deles todos tem cuidado e os rege e governa. Sem fêmeas não

pode haver roças porque são elas que fazem a farinha e o serviço principal” (22).

Faltavam mulheres brancas. Mande Sua Alteza mulheres, que aí não têm remédio de casar, ainda que sejam erradas. Casarão todas muito bem, com tanto que não sejam tais que tenham perda de todo a vergonha a Deus e ao mundo. Venham mulheres, órfãs, até meretrizes, porque aqui há várias qualidades de homens; e os bons e os ricos casarão com as órfãs (23).

A nova sociedade erguia-se amassada em guerras cruéis com vitórias e derrotas para ambas as partes e a morte em massa, pelos combates e as doenças, das populações ameríndias. Durante boa parte do século, a guerra incendiou a Baía, Pernambuco, onde o futuro náufrago Jorge de Albuquerque Coelho combateu cinco anos, a capitania do Espírito Santo, da Paraíba, Itamaracá, São Jorge dos Ilheus, Rio de Janeiro.

Numa das suas estampas, Théodore de Bry pinta a cores uma movimentada cena de guerra. Ao longo do rio que banha a Ilha de Itamaracá, europeus armados navegam num batel e disparam os seus arcabuzes. Nas margens, os ameríndios nus em corrida afrontam-nos retezando os arcos com as suas flechas. Mais acima os europeus tentam romper o cerco índio da palissada, disparando a artilharia montada nas suas carretas. Apesar do fumo da pólvora, tudo é belo, o sangue não jorra, não há corpos tombados e decegados.

As guerras travavam-se também contra os franceses que, expulsos do Rio de Janeiro, continuavam a desembarcar em Cabo Frio e se fixavam na Paraíba e no Maranhão.

No rasto de Cabral, não faltaram intelectuais, saídos da experiência verdadeira, de que falava Pêro Lopes de Sousa. Desde logo, Pêro Vaz de Caminha e Pêro Lopes de Sousa. Mais adiante, o relator anónimo do naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, Pêro de Magalhães de Gândavo, Gabriel Soares de Sousa e os clérigos, os religiosos, os quadros da administração, da justiça e da fazenda. A Universidade de Coimbra estudava pouco o ser, o seu mundo era o do dever ser.

Mas no Brasil, a escola da vida e os

18 Gabriel Soares de Sousa, op. cit., p. 81.

19 José Jobson Arruda, “Os Escravos Angolanos no Brasil”, in *A Rota dos Escravos. Angola e a Rede do Comércio Negreiro*, Lisboa, 1996, p. 229.

20 Frederic Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l’Atlantique (1570-1670)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, p. 242.

21 Pe. António Vieira, *Obras Escolhidas. Sermões II*, Lisboa, Sá da Costa, 1954, vol. XI, p. 40.

22 *Cartas do Brasil e mais Escritos do p. Manuel da Nóbrega*, op. cit., p. 141.

23 Idem, *ibidem*, p. 79.

colégios dos padres jesuítas formavam os quadros construtores da nova sociedade e os difusores do tecido ideológico que a envolvia. O Colégio da Baía, além de escola de ensinar a ler e a escrever, funcionava como um instituto universitário. Ministrava uma lição de teologia, outra de casos, um curso de artes, duas classes de humanidades. O Colégio do Rio de Janeiro rivalizava, em comodidade e abundância, com o de Coimbra. No de Olinda, Fernão Cardim ouviu um aluno, possivelmente africano, recitar um poema em língua de Angola.

Na aculturação, os meninos desempenharam um papel fundamental. Educados nas escolas dos jesuítas, eram eles que, com os seus cânticos e teatros, levavam às aldeias ameríndias a boa nova dos padres. Também os meninos órfãos, exportados de Lisboa, atraíam os filhos dos gentios e edificavam os cristãos europeus com os seus cantares.

A fé vivia num espectáculo permanente. Às missas diárias juntavam-se outras cerimónias do culto e as procissões, a do Anjo Custódio de Portugal, a do Corpus Christi e outras como as da recepção às relíquias das Onze Mil Virgens. Na procissão do Corpus Christi, jogava a artilharia e nas ruas enramadas havia danças e invenções à maneira de Portugal.

Em 1641, o processo de cristianização dos ameríndios foi alvo duma crítica extraordinária do cristão-novo Manuel Fernandes Vila Real. “O intento de grandes empresas para ensinar a verdadeira fé aos bárbaros gentios é admirável, é santo, mas privá-los de suas vidas, de sua liberdade, é pernicioso, é diabólico. Fazer escravos, a quem a Natureza fez livres, não é obedecer a Deus, é contradizer as suas obras... Se acaso lhes salvam a alma, é à custa da sua liberdade, é privando-os de seus bens e da sua pátria” (24).

À MANEIRA DE HARPA

O rosto da terra aparece figurado logo em 1502 no mapa português chamado de Cantino que sobre ela pinta papagaios ver-

melhos. Outros mapas vão desvendando a terra, os modos dos índios, o seu trabalho na recolha do pau-brasil. Por volta de 1506, Duarte Pacheco Pereira mede a costa desde a angra de São Roque, a 3 graus e 30 minutos a sul do equador, até à ilha de Santo Amaro em 28 graus e 30 minutos. Este será o cenário fundamental da nova sociedade no século XVI. E anota já o cabo de Santo Agostinho, o Rio de São Francisco, a aguada de São Miguel, o Porto Real, a Angra de Todos os Santos, Porto Seguro, o Rio de Santa Luzia, a Ilha de Santa Bárbara, o Rio dos Reféns, a Ilha de Santa Clara, o Cabo Frio, a Ilha de Fernão, a Ilha de Santo Amaro. Esta notação da costa brasileira ligava-se à notação da carreira da Índia: Ilha da Ascensão, Angra Formosa e a Índica Ilha de São Lourenço (25).

Em 1575, o humanista Pêro de Magalhães de Gândavo descrevia deste modo a Província de Santa Cruz. Está situada naquela grande América, uma das quatro partes do mundo. Dista o seu princípio dois graus da Equinocial para a banda do Sul e daí se vai estendendo para o mesmo Sul até quarenta e cinco graus. Está formada à maneira de uma harpa. Pela banda do Norte corre do Oriente a Ocidente e está olhando a Equinocial. Pela do Sul confina com outras províncias da mesma América, povoadas e possuídas de povo gentílico com que ainda não temos comunicação. Pela do Oriente com o Mar Oceano Africo e olha os reinos de Congo e Angola até o Cabo da Boa Esperança que é o seu opósito. E pela do Ocidente confina com as altíssimas terras dos Andes e fraldas do Peru (26).

O mar assegurava a unidade do território. O oceano e os rios eram as estradas naturais, sulcadas no final do século por alguns milhares de embarcações, sem contar os navios grandes e mais pequenos que atravessavam o Mar Oceano. Todas as fazendas se serviam por mar. Não havia engenho que não possuísse 4 ou mais embarcações. Em 1587, só na Baía, podiam juntar-se 1.400 barcos, assim distribuídos: 100, de 45 para setenta palmos de quilha, muito fortes, que podiam levar 2 falcões por proa e 2 berços por banda; 800 de 35 a 44 palmos

24 Capitão M. F. de Vila Real, *Epítome Genealógico del Eminentíssimo Cardenal Duque de Richelieu y Discursos Políticos sobre algunas acciones de su vida*, Pamplona, en casa de Juan Antonio Bardem, 1641, p. 137.

25 Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1975, p. 38.

26 Pêro de Magalhães de Gândavo, *História da Província Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, ed. facsimilada, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984, p. 7v.

onde pode jogar, no mínimo, um berço por proa; 300 barcos de 34 palmos para baixo e 200 canoas bem rumadas (27).

No final do século, a nova sociedade ainda ficava presa ao litoral e ao território ligado pelas estradas fluviais. A cunha mais avançada em direção ao interior era a Vila de Piratininga.

Devido às condições naturais e à sua posição estratégica que lhe permitia um acesso mais rápido a Lisboa, Pernambuco constituía a zona de maior desenvolvimento, seguido pela Baía onde se fixava o governo geral. A capitania de São Vicente e a do Rio de Janeiro queixavam-se de dificuldades de escoamento da produção por os navios do reino aportarem com menos regularidade. Ao visitar a Vila de Piratininga, Fernão Cardim registou que os moradores se vestiam de burel e pelotes pardos e azuis, de pertinas compridas, como antigamente, o que contrastava com as sedas, os damascos e os luxos das mulheres de Olinda (28).

Em 1590 a nova sociedade estendia-se da Paraíba a São Vicente e poderia contar, segundo um estudo recente, com 101.705 habitantes, dos quais 30.855 eram portugueses, 28.600 escravos ou vivendo nos aldeamentos dos jesuítas e 42.250 africanos (29). As capitanias mais povoadas seriam as de Pernambuco com 31.000 habitantes, a Baía com 29.850 e o Espírito Santo com 11.900. O Rio de Janeiro com 5.240 habitantes distanciava-se de São Vicente/Santo Amaro com 10.100 e do Espírito Santo com 7.595.

Os números indiciam uma baixa crescente na integração dos ameríndios na nova sociedade embora no total dos portugueses se contassem muitos mestiços de mães ameríndias e africanas. Em Piratininga, a maior parte dos moradores eram filhos de índias e de portugueses.

Gabriel Soares de Sousa escreveu que a Vila de Olinda e o seu termo poderiam pôr em campo mais de 3.000 homens de peleja, entre os quais quatrocentos de cavalo, a que juntariam 4 a 5.000 escravos de Guiné e muitos gentios da terra (30). Pelo seu lado, em 1583, Fernão Cardim atribuiu à Baía, certamente à cidade e ao termo, 3.000 vizi-

inhos portugueses, 8.000 índios cristãos e 3 a 4.000 escravos da Guiné.

Pernambuco liderava a produção açucareira, a Baía constituía o centro político do território e porventura a principal praça mercantil e financeira, como sugerem os valores das letras de câmbio do mercador Miguel Dias Santiago. As letras da Baía sobre Lisboa, entre 1596 e 1599, elevavam-se a 7.925.398 reais enquanto as de Pernambuco sobre Lisboa, entre 1599 e 1601, se ficavam pelos 3.272.099. Por outro lado, as letras da Baía sobre Pernambuco, ainda nos anos de 1596 a 1599, somaram 1.055.440 reais enquanto as de Pernambuco sobre a Baía, entre os anos de 1599 e 1601, se ficaram pelos 201.500. O mercador movimentou ainda, entre 1599 e 1601, 434.760 reais de Pernambuco sobre a praça do Porto e 55.000 reais de Pernambuco sobre Viana (31).

Demograficamente, que outra cidade portuguesa, com exceção de Lisboa, e do ponto de vista financeiro, com exceção de Lisboa e Porto, se poderia ufanar do peso humano e de fortunas de 10 a 80.000 cruzados, incluídos 100 a 300 escravos, como alguns moradores de Olinda e da Baía? Gândavo lá tinha as suas razões quando incitava os portugueses a demandarem o Brasil: Deus tinha de há muito reservada esta terra à Cristandade.

RIQUEZA, COMÉRCIO E CAPITAL

Desde as primeiras horas, o vínculo principal da terra brasileira ao Velho Mundo fechava-se com as ligações marítimas a Lisboa. Deste porto saíram a armada de Pedro Álvares Cabral, os navios da sociedade de Fernando de Noronha e de Jorge Lopes Bixorda, as pequenas frotas dos capitães do mar e as frotas privadas dos capitães donatários.

Ao longo do século, o estabelecimento do comércio triangular Lisboa-África-Brasil tinha em Lisboa a cabeça mercantil e financeira. Ela era a chave que ligava o Brasil aos produtos do Oceano Índico e Pacífico, aos mercados da Europa do Nor-

27 Gabriel Soares de Sousa, op. cit., p. 103.

28 Fernão Cardim, op. cit., p. 274.

29 Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 276.

30 Gabriel Soares de Sousa, op. cit., p. 19.

31 Frederic Mauro, op. cit., p. 558.

te, por Antuérpia e depois por Amesterdão, ao mundo mediterrânico por Veneza, Génova e Livorno. Mas novas rotas de contrabando ligarão, no final do século, o Brasil ao Rio da Prata e também a Cartagena e outros portos da América Espanhola. Esse comércio envolvia têxteis, ferramentas, armas, vinhos, trigo e outros produtos portugueses, europeus e asiáticos; escravos africanos, marfim; e açúcar, pau-brasil, prata e mais tarde o tabaco.

Na primeira metade do século, a ausência de mercadores residentes indicia um comércio interno quase inexistente, embora, desde os primeiros momentos, os ameríndios se sentissem atraídos pelos produtos europeus, as camisas, os pelotes, as ferramentas, a ponto de por elas se venderem uns aos outros. Mas, na segunda metade do século, o comércio desenvolve-se exponencialmente. Na Baía encontramos, em 1587, três “formosas” ruas de mercadores. Em Olinda, os colonos, as suas mulheres e filhos vestem-se com toda a sorte de veludos, damascos e sedas. Compram ginetes de 200 e 300 cruzados. Bebem cada ano 50.000 cruzados de vinhos de Portugal. Por isso Fernão Cardim se queixa de que há mais vaidade em Pernambuco do que em Lisboa e de que as mulheres, muito senhoras e pouco devotas, frequentavam pouco as missas, as pregações e as confissões (32).

No Sermão da Visitação de Nossa Senhora, pregado na Baía em junho de 1640, o padre António Vieira exclamava: “Muito deu em seu tempo Pernambuco; muito deu e dá hoje a Baía, e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, tira-se do Brasil; o Brasil o dá, Portugal o leva” (33).

Muito logrou Portugal e a Europa com a riqueza brasileira mas não podemos subestimar o afluxo humano e os capitais investidos pelos portugueses no Brasil durante o século XVI. Muita riqueza trazida do Oriente foi morrer ou desenvolver-se na terra brasileira. Foi o caso de Duarte Coelho em Pernambuco, de Francisco Pereira Coutinho na Baía, de Vasco Fernandes Coutinho no Espírito Santo, de Martim Afonso de Sousa em São Vicente. Quase todos os capitães organizaram à sua custa

as frotas de colonização. Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da fazenda de d. João III, Pêro de Góis, o mercador Martim Ferreira, Pedro do Campo Tourinho, capitão de Porto Seguro, o mercador florentino/lisboeta Lucas Galdes, o duque de Aveiro investiram largamente na terra.

O historiador, geógrafo e feitor da Casa da Índia, João de Barros, e os seus sócios, o tesoureiro-mor Fernão Álvares de Andrade e o fidalgo regressado do Oriente, Aires da Cunha, enviaram para o Maranhão a maior armada particular alguma vez saída de Lisboa com 1.000 homens, 100 dos quais de cavalo. João de Barros, que ocupava um dos ofícios mais rentáveis do reino, organizou uma segunda expedição ao Maranhão, à sua custa, comandada pelos filhos Jerónimo e João. Tudo a terra consumiu.

O investimento régio também não pode ser apoucado. Primeiramente, nas armadas dos capitães do mar. Seguidamente, na armada de Tomé de Sousa que edificou a cidade do Salvador da Baía. Os números desta armada não deveriam ser inferiores aos 300.000 cruzados da armada de 1550 em que viajou o primeiro bispo do Brasil (34).

Mas, a nível privado, o investimento é bem visível no levantamento das povoações, na multiplicação das fazendas e currais, na construção dos portos, nos milhares de navios e sobretudo na construção dos engenhos de açúcar.

Em 1590, havia de pé, sem contar os que desapareceram com as guerras e outros acidentes, 150 engenhos, assim distribuídos (35):

Paraíba do Norte	2
Itamaracá	2
Pernambuco	70
Baía	50
Ilhéus	6
Porto Seguro	5
Espírito Santo	6
Paraíba do Sul	—
Rio de Janeiro	3
S. Vicente /S. Amaro	6

32 Fernão Cardim, *op. cit.*, p. 256.

33 Pe. António Vieira, *op. cit.*, vol. X, p. 107.

34 Gabriel Soares de Sousa, *op. cit.*, p. 77.

35 Jorge Couto, *op. cit.*, p. 287.

O mapa dos engenhos é o mapa da nova sociedade no Brasil. O engenho de Sergipe do Conde valeria 50.000 cruzados. Gabriel Soares de Sousa avalia alguns engenhos em 10.000 e 12.000 cruzados. Mas se tivermos em conta a sua manutenção e o investimento em engenhos que foram destruídos ou ficaram a meio do caminho, talvez não seja exagerado atribuir a cada engenho o valor médio de 20.000 cruzados. Multiplicando por 150 engenhos, obteremos a soma de três milhões de cruzados ou um bilião e duzentos mil réis.

Durante o século XVI, o capital financeiro em Portugal esteve em boa parte nas mãos dos cristãos-novos. Investiram largamente no Brasil. No tempo de d. João III chegou a discutir-se no Conselho de Estado um projecto de emigração maciça dos cristãos-novos para a terra brasileira sob a direcção pessoal do Infante d. Luis.

No final do século, esses capitais estão na mira do poder de Estado, dominado pelo alto clero da Contra Reforma e a nobreza senhorial. Com a promessa de um perdão geral, o rei d. Sebastião retirou aos cristãos-novos 250.000 cruzados para a batalha de Alcácer Quibir. Ficaram sem perdão e sem dinheiro. Em 1605, Filipe III de Portugal concedeu-lhes um novo perdão geral, em troca do pagamento de 1.700.000 cruzados.

Acosados pelo Santo Ofício, os capi-

tais dos cristãos-novos, gerados no Brasil e noutros pontos do Império, fugiam para praças mais seguras, para Veneza e outras cidades de Itália, para a Europa balcânica, para Istambul e a Palestina e, particularmente, para a Europa do Norte, primeiro para Antuérpia, depois para Amesterdão e Hamburgo, sem perderem o pé no Brasil e noutros territórios portugueses.

Conrad Rott, cônsul dos alemães e dos flamengos em Lisboa, tinha consciência desta situação. Em carta ao rei de Espanha, datada de 4 de agosto de 1600, informava-o que os holandeses enviavam 47 urcas para as Índias Orientais e 34 para as Índias Ocidentais. E acrescentava: muito dinheiro vai para a Holanda, porque os holandeses têm palavra e pagam bons lucros (36). Pagavam 50%, até 75% do capital enquanto a Companhia Portuguesa da Índia Oriental não prometia mais que 4% (37).

Duarte Gomes Solis perguntava em 1628: “que reino ou província haverá em todo o orbe de que se possam sacar maiores riquezas e mais seguras” do que no Brasil? Teria sido bem melhor que as famílias portuguesas que hoje estão em Holanda, com os tratos da Índia e do Brasil e na pertinácia de sua lei e liberdade da religião, estivessem no Brasil, com a guarda da fé de Cristo e por seu governador um outro como o Infante d. Luis (38).

36 Idem, *ibidem*, p. 538.

37 António Borges Coelho, *Clérigos, Mercadores, “Judeus” e Fidalgos*, Lisboa, Caminho, 1994, p. 203.

38 Duarte Gomes Solis, *Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental*, Lisboa, 1955, p. 203.